

## Governo continua a não prestar informações relevantes sobre a situação que se vive em Cabo Delgado



Créditos: Moz24Horas

Em duas ocasiões diferentes, o Governo pronunciou-se ontem sobre o terrorismo que afecta centenas de milhares de moçambicanos, mas sem dar informações substanciais. Primeiro foi o Presidente da República que apareceu a dizer que há uma coordenação internacional para acabar com o terrorismo em Cabo Delgado.<sup>1</sup>

Falando na cerimónia de graduação dos oficiais formados pelo Instituto Superior de Defesa Tenente-General Armando Emilio Guebuza (ISEDEF), Filipe Nyusi disse que o terrorismo não se combate unilateralmente, por isso o Governo está "a trabalhar bilateralmente com os países da Europa, da América, da Ásia, da África, incluindo da região

SADC, e há actos concretos que estão a decorrer"<sup>2</sup>.

Entretanto, o Presidente da República não detalhou que tipo de "trabalho bilateral" está em curso e com que países, e muito menos precisou a natureza dos tais "actos concretos" que estão a decorrer. Até aqui, os moçambicanos só têm conhecimento do pedido formulado pelo Governo à União Europeia, através de uma carta de 16 de Setembro assinada pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Verónica Macamo.

No documento, o Governo solicita à União Europeia apoio na área de treinamento especializado para o combate ao terrorismo e insurgência, através de (i) formação, (ii) lo-

gística para as forças de combate ao terrorismo; (iii) equipamento de assistência médica em zonas de combate e capacitação técnica de pessoal.

É interessante notar que os moçambicanos só tomaram conhecimento deste pedido através da imprensa que teve acesso à carta por vias oficiosas. Isto é, não foi o Governo que tomou a iniciativa de informar (directamente ou por via da Assembleia da República) os moçambicanos sobre a solicitação, pois a chefe da diplomacia nacional só apareceu para confirmar o que a imprensa já tinha avançado.

Enquanto o apoio solicitado à União Europeia não chega para conter o avanço dos terroristas, o Presidente da República fala

<sup>1</sup> <https://opais.co.mz/noticia/nyusi-diz-que-junta-militar-nao-quer-dialogar-e-e-preciso-dar-o-que-eles-precisam>

<sup>2</sup> <https://opais.co.mz/noticia/nyusi-diz-que-junta-militar-nao-quer-dialogar-e-e-preciso-dar-o-que-eles-precisam>



Créditos: Moz24Horas



Créditos: OPais

do trabalho que está sendo feito com “países da Europa, da América, da Ásia, da África, incluindo da região SADC”, mas não especifica as acções em curso. Mais uma vez, o Governo volta a falhar no seu dever de manter os cidadãos devidamente informados sobre as decisões que toma para repor a estabilidade em Cabo Delgado.

Enquanto o Presidente da República falava aos moçambicanos a partir do Instituto Superior de Defesa Tenente-General Armando Emílio Guebuza (ISEDEF), o Governo chefiado pelo Primeiro-Ministro estava na Assembleia da República a responder às perguntas das bancadas parlamentares. E como não poderia deixar de ser, uma das perguntas tinha que ver com a situação

de segurança e do drama humanitário em Cabo Delgado.

Em resposta, o Governo falou de cerca de 500 mil pessoas que foram forçadas a abandonar as suas zonas de origem devido aos ataques terroristas nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado. A maioria dos deslocados está na província de Cabo Delgado e outros nas províncias de Nampula, Niassa, Zambézia, Manica, Sofala e Inhambane. Para a assistência humanitária, o Governo diz que activou o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) e os centros operativos de emergência provinciais e distritais que estão a coordenar as operações de acolhimento dos deslocados.

A informação foi apresentada pelo Primei-

ro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, à Assembleia da República, no primeiro dia (quarta-feira) da sessão de “Perguntas ao Governo”. “A intervenção do Governo, em articulação com os parceiros de cooperação e organizações da sociedade civil, incide principalmente no acolhimento e assistência humanitária através do fornecimento de abrigo, bens alimentares e não alimentares. Concedemos, igualmente, assistência humanitária aos afectados pelas acções terroristas que estão em famílias de acolhimento, assim como criamos centros de acomodação transitórios, a partir dos quais os deslocados são encaminhados para zonas de reassentamento, em coordenação com as autoridades locais”, explicou Carlos Agostinho do Rosário.

Sem precisar números, o Primeiro-Ministro disse que já foram demarcados nos locais de reassentamento áreas para a prática da agricultura nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. “O Governo, através do INGC, em coordenação com as autoridades locais e as Forças de Defesa e Segurança, tem ainda prestado assistência humanitária à população que se encontra nos distritos afectados pelas acções terroristas”.

Entretanto, o Governo não precisou o número de pessoas que estão a receber assistência humanitária e onde é que se encontram. Esta informação é importante na medida em que milhares de famílias clamam pela falta de apoio, desde produtos alimentares, água e meios de abrigo. Aliás, os mais de 14 mil deslocados que desembarcaram na Praia de Paquitequete, na Cidade de Pemba, entre os dias 16 de Outubro e 11 de Novembro, saíram dos distritos afectados pelos ataques por conta e risco próprios. Ou seja, não houve nenhuma intervenção do Governo para retirar as pessoas das zonas de perigo.

E porque as pessoas viajavam dias e noites em barcos à vela sobrelotados e sem condições de segurança, não foi surpreendente a informação sobre o naufrágio que tirou a vida a mais de três dezenas de pessoas. Semanas depois da tragédia, o Governo, através do Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações (FTC), lançou um concurso público para o fornecimento de uma embarcação de transporte de passageiros e carga para operar as rotas: “Pemba – Ilha do Ibo – Mocímboa da Praia – Palma e vice-verca”.

Pelas rotas descritas no anúncio publicado no jornal Notícias de 17 de Novembro, fica claro que a embarcação irá fazer a ligação entre a capital Pemba e os alguns distritos afectados pelos ataques terroristas. Vale lembrar que as pessoas que morreram no naufrágio ocorrido há três semanas tinham saído do distrito da Mocímboa da Praia, cuja vila municipal continua ocupada pelos terroristas desde Agosto último.

# OIM diz que recursos disponíveis não cobrem necessidades humanitárias

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é uma das organizações internacionais que presta assistência aos deslocados em Cabo Delgado. Na sua mais recente publicação, a OIM faz notar que só na última semana mais 33 mil pessoas deslocaram-se para o sul de Cabo Delgado devido aos últimos ataques nos distritos de Muidumbe e Mueda.

A Chefe de Missão da OIM em Moçambique, Laura Tomm-Bonde, disse que a organização está a colaborar com o Go-

verno na assistência humanitária imediata aos deslocados, mas reconhece que "os recursos disponíveis não cobrem as extensas necessidades humanitárias das famílias que chegam sem nada após a sua deslocação". As questões de segurança têm impedido a OIM de chegar a vários distritos afectados pela insurgência. "No entanto, os mais de 100 funcionários da OIM continuam empenhados em prestar assistência aqueles que foram deslocados nos oito (8) distritos onde a organização pode trabalhar".

A OIM não é a primeira organização de assistência humanitária a apontar para a insegurança como um dos factores que dificulta a canalização do apoio às famílias que ainda continuam nos distritos afectados pelos ataques terroristas. Estranhamente, o Governo apareceu a dizer que o INGC, em coordenação com as autoridades locais e as Forças de Defesa e Segurança, está a prestar assistência humanitária às pessoas que se encontram nos distritos afectados pelas acções terroristas.



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

